

O ÚLTIMO BASTIÃO: PERSPECTIVA NAVAL DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA PROVÍNCIA CISPLATINA (1821-1824)

THE LAST BASTION: NAVAL PERSPECTIVE OF BRAZIL'S INDEPENDENCE IN THE CISPLATINE PROVINCE (1821-1824)

Vagner da Rosa Rigola¹

Resumo: Por ocasião da independência do Brasil, em 1822, o nascente Império precisou debelar as resistências existentes em algumas localidades que se levantaram contra o processo de emancipação do país. Em províncias como a Bahia, o Pará, o Piauí, o Maranhão e a Cisplatina eram notórios os desejos de continuidade do controle português. Nesse sentido, tornou-se necessário o emprego de ações militares para que a independência do Brasil não ficasse restrita ao entorno do Rio de Janeiro. O intuito deste artigo é discorrer a respeito dos eventos relativos à capitulação portuguesa na Província Cisplatina. Com foco na perspectiva naval, o estudo apresenta alguns dos fatos que redundaram na retirada dos lusitanos daquele que já era o último núcleo de resistência ao projeto independentista. Em face disso, tal trabalho pretende demonstrar a relevância da atuação da Força Marítima para o alcance dos desígnios brasileiros.

Palavras-Chave: Independência; Cisplatina; Marinha; Rio da Prata; Império.

Abstract: On the occasion of Brazil's independence, in 1822, the nascent Empire had to quell the existing resistance in some localities that rose against the country's emancipation process. In provinces such as Bahia, Pará, Piauí, Maranhão and Cisplatina, the desire to continue Portuguese control was notorious. In this sense, it became necessary to employ military actions so that the independence of Brazil was not restricted to the surroundings of Rio de Janeiro. The purpose of this article is to discuss the events related to the Portuguese capitulation in the Cisplatina Province. Focusing on the naval perspective, the study presents some of the facts that resulted in the withdrawal of the Portuguese from what was already the last nucleus of resistance to the independence project. In the face of this, this work intends to demonstrate the relevance of the Maritime Force's performance to the reach of Brazilian designs.

Keywords: Independence; Cisplatina; Navy; River Plate; Empire.

Introdução

Em decorrência da descoberta do Rio da Prata, no século XVI, surgiu a convicção de que o controle de seu estuário seria estratégico para o acesso às riquezas do interior do continente americano. Por essa razão, Portugal pretendeu levar seus limites até a margem esquerda daquele rio e, já em 1680, lá fundou a Colônia do Sacramento, objeto de desavenças com a Espanha por longa data.

Ao longo do primeiro quartel do século XIX, as independências das colônias espanholas na América foram ocorrendo, paulatinamente, em um contexto que viu reavivar a luta pela posse da chamada Banda Oriental. Já sediado no Brasil, o Império Português invadiu duas vezes aquele território, incorporando-o, com o nome de Província Cisplatina², em 1821.

¹ Mestrando em História Marítima pela Universidade de Lisboa e Escola Naval de Portugal. Pesquisador do Departamento de História da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM).

² Região correspondente ao atual território do Uruguai. Trata-se da porção de terra localizada geograficamente em posição anterior ao Rio da Prata, a partir de uma perspectiva do Brasil. Refere-se, morfológicamente, a

Com o processo de Independência do Brasil, os interesses novamente vieram a se chocar na região, dessa vez em virtude da resistência portuguesa em abandonar a sua conquista no sul em prol das intenções de sua colônia.

É a partir desse contexto que este estudo pretende tratar sobre a relevância da atuação da nascente Marinha brasileira no processo de independência do país no recém incorporado território cisplatino. Para isso, as ideias serão desenvolvidas a partir de uma perspectiva macro dos acontecimentos, com o consequente direcionamento para os fatos locais, com foco na apresentação das atividades navais inerentes ao assunto.

Assente nessas ideias, a pesquisa inicialmente apresentará, de forma sucinta, um breve contexto histórico da incorporação da província Cisplatina para, em seguida, abordar a cisão de ideias ocorrida entre brasileiros e portugueses por ocasião da declaração de independência do Brasil. Na sequência, o estudo centralizar-se-á na viagem realizada David Jewett³ à Cisplatina, tendo sido essa a primeira força naval a ostentar o pavilhão imperial nos mares.

Em continuidade, demonstrando a complexidade das relações diante dos variados interesses dos atores envolvidos naquelas questões, a análise recairá sobre o envio do parlamentar platino Valentin Gomez ao Rio de Janeiro com fito de reclamar a entrega da província Cisplatina pelo Brasil. A seguir, com base principalmente nos relatos dos comandantes de cada navio brasileiro, serão apresentados os fatos atinentes ao Combate de Montevideú, ocorrido em 21 de outubro de 1823 e, por fim, tratar-se-á sobre as negociações para uma convenção e a retirada portuguesa da província.

Assim sendo, a investigação procurará inter-relacionar os assuntos de modo a demonstrar a relevância das atividades da Força Marítima para a viabilização e o desfecho da causa de acordo com os interesses brasileiros. Para o alcance desse objetivo, aplicar-se-á como recurso metodológico a pesquisa bibliográfica, tendo como subsídio os trabalhos de autores consagrados na investigação de tais assuntos, bem como fontes primárias publicadas em jornais do período da independência.

Nesse sentido, Henrique Boiteux (1915; 1917) concebeu as biografias das principais personalidades navais, apontando as participações de alguns elementos-chave do processo de independência. Enquanto Lucas Alexandre Boiteux (1930) desenvolveu um estudo

junção do prefixo latino “cis” cujo significado é “aquém” com a expressão “platina” referente ao Rio da Prata (SOUTO MAIOR, 1968, p. 274).

³ Oficial de origem norte-americana contratado pelo Império do Brasil, em 1822, para atuar na Marinha nacional. Antes disso atuou como corsário prestando serviços, inclusive para Gervásio Artigas e para as Províncias Unidas do Rio da Prata (BOITEUX, 1917).

voltado para o campo tático-operacional, o que permitiu vislumbrar as ações a partir do contexto marítimo.

Já Albuquerque (1971) e Caminha (1978) ocuparam-se da exposição dos fatos relacionados à Marinha na independência, entretanto seus estudos privilegiaram a análise dos episódios do norte e nordeste do Brasil, sobretudo os acontecimentos ocorridos na Bahia. Por sua vez, o historiador inglês Brian Vale (2002) focou na descrição do processo de criação da Marinha Imperial, apresentando uma perspectiva europeia da ação da Força nas guerras da independência.

Por fim, Martins (2010) colaborou com a apresentação de um trabalho voltado para a visão da província Cisplatina sob o ponto de vista brasileiro. No entanto, permaneceu a necessidade de uma análise que levantasse questões sobre os acontecimentos marítimos na Cisplatina do período da independência. A isso se dedicará este estudo.

Cabe ressaltar que não são abundantes os trabalhos a tratarem de tal assunto nos últimos tempos. Essa limitação é ampliada quando os assuntos se restringem aos acontecimentos marítimos e suas respectivas conexões. Há, no entanto, uma vasta quantidade de fontes que, embora dispersas, podem possibilitar novas visões sobre os acontecimentos inerentes ao tema.

Importa assinalar que a história marítimo-militar, analisada sob o ponto de vista crítico, tende a ultrapassar a mera descrição factual, com potencial de mesclar questões político-econômicas, diplomáticas e sociais, o que por si só revela o seu potencial científico. Dessa forma, a partir da reflexão em torno desses registros, espera-se contribuir, na escala possível, ou mesmo despertar o interesse de outros pesquisadores para o enriquecimento desse campo historiográfico.

A incorporação da Cisplatina: breve contexto histórico

Com a derrota de Artigas na Batalha de Tacuarembó⁴, finalizava a resistência armada à ocupação portuguesa na Banda Oriental (LEMOS, 2014). Já havia decorrido quase cinco anos de lutas quando, por ocasião do Congresso de 31 de julho de 1821, a Banda Oriental passou a pertencer ao Brasil com a denominação de Província Cisplatina⁵. Um processo que não se desenvolveu sem que houvesse contestações⁶.

⁴ Vencida pelo Conde da Figueira, Capitão-General da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em 22 de janeiro de 1820. Após a derrota, Artigas foi refugiar-se no Paraguai onde morreu em 1850 (MENDONÇA, 2013, p. 130).

⁵ Por direito de conquista, ficou todo aquele território incorporado ao Brasil. Por acordo entre os diversos povoados (Congresso reunido pelo General Lecor em 10 de Junho de 1821) decidia-se que, em vista do estado precário e más circunstâncias do Estado Oriental do Rio da Prata, ficasse aquele Estado incorporado ao Reino

Com relação ao Congresso Cisplatino, do qual redundou a anexação da província ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, não obstante as críticas recebidas de Buenos Aires, Espanha e até mesmo do alto escalão do governo Português, inicialmente ele fora “amplamente defendido pela incipiente imprensa local” (WINTER, 2017, p. 32).

Com as divisões de opiniões que se sucederam, veio à tona a ideia de que a votação de 18 de julho havia sido pré-ajustada. Até mesmo o Ministro português Silvestre Pinheiro Silveira, por pressão da Espanha, interrogou a Carlos Frederico Lecor, então Comandante em Chefe do Exército do Sul, para saber os detalhes de como teria cumprido as ordens de Sua Majestade no que tange à incorporação (MARTINS, 2010).

Imagem 1: Mapa da região da Província Cisplatina.



Fonte: O EXÉRCITO NA HISTÓRIA DO BRASIL..., 1998, ilustração 82.

No período que se seguiu, já no seio das movimentações que redundariam no “Grito do Ipiranga”, o Príncipe Regente mandou partir de Montevidéu para Portugal, em 20 de julho de 1822, a Divisão de Voluntários Reais del-Rei, que se encontrava na região desde a invasão da então Banda Oriental em 1816.

Constava na correspondência de D. Pedro: “...Hei por bem que a mencionada Divisão se recolha a Portugal, em navios, que para este fim sairão deste porto para o de

Unido de Portugal, Brasil e Algarves Constitucional, com a obrigação de se respeitarem certas e determinadas bases: de que tudo se lavrou uma ata de aprovação em 31 de Julho de 1821 (DA SILVA, 1883, p. 8).

⁶ Mais adiante iriam ocorrer muitas contestações sobre a forma como procedera Lecor no que diz respeito à anexação da Província ao Brasil. As alegações se davam no sentido de anular tal escolha pelo fato de os votantes terem sido escolhidos dentre pessoas favoráveis ao Brasil e que supostamente não representavam a vontade geral. Segundo David Carneiro, “Lecor se cercava de elementos simpáticos ao Brasil e tinha em Montevidéu uma verdadeira Corte, cujo ambiente o impedia de ter impressões certas, verdadeiras, precisas, com relação ao ânimo dos habitantes da Cisplatina” (CARNEIRO, 1983, p. 36).

Montevidéo; e que nenhum pagamento mais lhe seja feito pelo Banco desta Província...” (DUARTE, 1985, pp. 466-467). Colocava em prática, aliás, um pedido que D. João VI lhe deixara antes de retornar a Lisboa (DUARTE, 1985).

Diante das dificuldades enfrentadas na província, cuja efervescência político-militar e demora das comunicações embaraçavam o cumprimento imediato das ordens da Corte, seguiram-se outras ordens de reforço, algumas com duras palavras de D. Pedro para Lecor.

É bom recordar que na Cisplatina, ao longo do primeiro semestre de 1822, eram amplamente discutidas as questões sobre uma provável independência do Brasil, sobre o futuro da Cisplatina e sobre o retorno dos Voluntários Reais. Alternavam-se interpretações sobre questões de lealdade para com as Cortes de Lisboa e do Rio de Janeiro em uma provável declaração de Independência do Brasil (DUARTE, 1985).

No que diz respeito ao ambiente da província, pode-se tomar uma pequena amostra pela proclamação feita aos Comandantes dos Corpos da Divisão de Voluntários Reais, em 28 de junho de 1822, pela qual se notam, claramente, as cisões existentes no seio do próprio Conselho Militar.

Nesse documento, assinado inclusive por Lecor, liam-se excertos como:

O Conselho Militar, magoado do fundo d’alma pela nova deliberação tomada por quatro Províncias do Brasil, e aprovada por S. A. o Príncipe Real do reino Unido, se vê na penosa, mas devida obrigação, de vos informar do estado em que nos achamos; e ainda que vós o podeis estar pelos papéis públicos do Rio de Janeiro, isto não o absolve do seu dever para com vosco.” (DIGIGOV – DIÁRIO DO GOVERNO DIGITAL. Lisboa, 25 de novembro de 1822, p. 2082).

O recrudescimento das divisões era notório (MAIA, 1936). No mesmo documento, o Conselho Militar prosseguiu: “companheiros d’armas, nosso silêncio deve acabar; muito embora nossos irmãos brasileiros se julguem com o direito de escolher novo Governo; à Nação pertence o decidi-lo; mas o Reino Unido; a Europa, o Mundo inteiro deve conhecer que não temos parte em tão ruinosos planos...” (DIGIGOV – DIÁRIO DO GOVERNO DIGITAL. Lisboa, 25 de novembro de 1822, pp. 2082-2083).

Apesar de subscrever o documento supostamente a “contragosto e para salvar as aparências por não se sentir com forças para sustar tal manifestação” (DUARTE, 1985, p. 474), Lecor percebera a influência do Ajudante-General D. Álvaro da Costa Macedo, o qual não tardaria a sublevar os Corpos da Divisão de Voluntários Reais contra os intentos independentistas do Brasil e de seus apoiadores.

Conforme afirmou Armitage (2011, p. 150), “Haviam sido baldados os esforços que o General Lecor fizera para ganhar ao seu partido a guarnição portuguesa; ela se havia

revoltado, e elegendo ao Brigadeiro D. Álvaro da Costa por seu comandante, continuava na posse da cidade por parte das Cortes”.

Em 11 de setembro, sem que ainda se soubesse da proclamação havida quatro dias antes em São Paulo, D. Álvaro se encontrava à frente da guarnição portuguesa contra o seu Capitão-General⁷. Tendo sido alertado por seus partidários, o Barão de Laguna retirou-se para Canelones, a cerca de 40 km ao norte de Montevideú, de onde preparou o sítio da cidade⁸.

O chefe português preferiu permanecer em Montevideú, contava ele, decerto, com o livre acesso à via marítima que o poria em contato com Buenos Aires, com os compatriotas da Bahia e do Maranhão, como também com os recursos provenientes da metrópole (BOITEUX, 1930). Entretanto, a atuação crucial da nascente Marinha Imperial não o permitiria triunfar pelo mar.

Um Império independente, uma província dividida

Agora, claramente, os portugueses contrários à independência do Brasil estavam representados pelo General D. Álvaro da Costa de Sousa Macedo e sediados em Montevideú, sendo a causa brasileira defendida por Carlos Frederico Lecor. Estava iniciado o sítio da capital da província (MAIA, 1975).

Com as cisões das tropas, cada qual buscou atrair a simpatia dos orientais. Em paralelo, havia quem pensasse na independência, assim como na união com Buenos Aires. Com a chegada das notícias da emancipação política do Brasil ficou óbvio que, em breve, aquelas forças militares iriam se chocar (BARROSO, 2019).

É de se notar que às questões político-militares vivenciadas tanto localmente quanto no âmbito da Corte, no Rio de Janeiro, a qual também enfrentava resistência em outros pontos do território nacional, juntavam-se as complicações vivenciadas em Portugal no mesmo período. Por lá, como se não bastassem as disputas internas, notam-se, claramente, os ruídos diplomáticos e geopolíticos que trazia a questão da província Cisplatina. Tal é o que se perceber por meio das discussões no parlamento e pelas correspondências do Ministro Silvestre Pinheiro⁹.

⁷ “A D. Álvaro da Costa uniram-se os elementos urbanos, que se batiam pela separação do Uruguai ou, mesmo, por sua anexação a Buenos Aires” (CALMON, 1947, p. 195).

⁸ O Barão de Laguna “apoiou-se às tropas brasileiras comandadas por Manuel Marques de Sousa, Sebastião Barreto, José de Abreu e aliou-se aos orientais de Frutuoso Rivera” (CALMON, 1947, pp. 194-195).

⁹ Vide: Ata da sessão de 02 de maio de 1822, intervenção do Deputado Borges Carneiro. In: *Atas das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa*. Para maior aprofundamento sobre o assunto, consultar as correspondências do Ministro Silvestre Pinheiro publicadas por Paulo de Queiroz Duarte (DUARTE, 1985, pp. 446-450).

Configurava-se, ali, um ambiente em convulsão com a tomada de grandes decisões, algumas com efeitos que chegam ao nosso tempo, dois séculos depois. A independência proclamada precisava tornar-se efetiva. Todavia, em várias províncias o controle era exercido por autoridades portuguesas, em outras, ocorriam notórias dissensões até mesmo entre os próprios defensores da causa (POMBO, 1956).

Ao ministério liderado por José Bonifácio coube dar o caráter de guerra externa movida a Portugal pelo Império do Brasil. Tal se deu com a efetivação do rompimento entre o governo regencial do Príncipe D. Pedro e o governo constitucionalista português, francamente tutelado pelas Cortes de Lisboa (VIANNA, 1950).

A situação mostrava-se difícil e tudo levava a crer que seria uma longa campanha, pois o poder efetivo do proclamador estava bastante limitado ao Rio de Janeiro, com apoio de São Paulo e Minas Gerais. Havia províncias neutras, mas também outras que se manifestaram francamente pela continuidade do controle português, dentre estas a Bahia, o Pará, o Piauí, o Maranhão e a Cisplatina (VIANNA, 1950). Porém, o foco deste estudo está circunscrito ao desenrolar das ações nesta última província.

Para vencer as infindáveis dificuldades iniciais que se afiguravam no país, afloraram nomes de destaque, improvisaram-se recursos e multiplicaram-se providências. Desse conjunto de ações do agora Imperador D. Pedro I e de sua Corte resultou a reorganização das Forças Armadas do país, as quais desempenharam um papel de suma importância na consolidação dos ideais independentistas brasileiros (VIANNA, 1950).

Dada a vastidão do território e a limitação das vias internas capazes de escoar tropas e equipamentos para os pontos de resistência à independência, a atuação da Marinha tornou-se fundamental para o sucesso da causa brasileira. Na Cisplatina, o Almirante Rodrigo Lobo, Comandante em Chefe da Esquadra Brasileira no Rio da Prata, e seus oficiais instaram obediência e fidelidade a D. Pedro I (MAIA, 1975).

Logo, Juan Antonio Lavalleja, Frutuoso Rivera e outros expoentes regionais aderiram¹⁰. Nesse contexto, D. Álvaro havia relatado a Lecor que estava pronto para embarcar com suas tropas para Portugal. Logo que essa notícia chegou ao Rio de Janeiro, foi dado ordem “para que se aprestassem transportes e uma escolta naval” para a retirada das tropas portuguesas (VALE, 2002, p. 80). Parecia que a situação no sul do nascente Império iria se resolver com aqueles procedimentos, mas novos fatos estavam por surgir.

¹⁰ Mais tarde essas relações haveriam de mudar, pois muitos desses orientais passaram a apoiar a independência da região ou uniram-se às Províncias Unidas do Rio da Prata.

A divisão naval de David Jewett: a primeira a ostentar a Bandeira Imperial nos mares

Desde 1º de julho de 1822, o Barão de Laguna havia encaminhado pelo Capitão de Fragata Luís da Cunha Moreira, informações de que D. Álvaro tinha intenção de abandonar a Cisplatina juntamente com suas tropas. Desse modo, já na condição de Ministro da Marinha, o próprio Luís da Cunha Moreira enviou ao Rio da Prata, sob o comando do Capitão de Mar e Guerra David Jewett, uma divisão naval com o fim de tornar efetivo o embarque das tropas portuguesas (BOITEUX, 1917).

Essa divisão partiu do Rio de Janeiro em 14 de novembro de 1822 e pela primeira vez foi arvorado o pavilhão do Império do Brasil no mar. Estava composta pelos seguintes navios: fragata *Ypiranga* (50 peças), sob o comando do CMG David Jewett; fragata *Paraguassú* (44 peças), sob o comando do Capitão de Fragata Manoel Gonçalves Luís da Cunha e corveta *Liberal* (22 peças), sob o comando do Capitão-Tenente Antonio Salema Freire Garção (VALE, 2002).

Com a finalidade de completar a divisão que partira, fizeram-se ao mar, pouco depois, os transportes *Bella Bonita*, *Sete de Março*, *Conde de Arcos*, *General Lecor* e o brigue *Liguri*, os quais levavam os mantimentos necessários para 3.000 homens em uma viagem da Cisplatina à Lisboa (BOITEUX, 1917).

Quinze dias depois, ou seja, no dia 29 de novembro, os navios de Jewett chegavam ao Rio da Prata. Entretanto, D. Álvaro havia mudado de ideia¹¹ diante de contato estabelecido com Madeira de Melo, na Bahia, o qual o instara para que continuasse na luta¹². Assim sendo, manteve-se em Montevideu e continuou a resistir (VALE, 2002).

Com a chegada de Jewett, apresentou-se a bordo da *Ypiranga* o Vice-Almirante Rodrigo Ferreira Lobo, a fim de receber as ordens que chegavam do Imperador. Até então, tinha o Almirante Lobo sob suas ordens na Cisplatina os seguintes navios: fragata *Thetis* (capitânia), escunas *Oriental*, *Maria Theresa*, *Luiz de Camões*, *D. Álvaro da Costa*, *Maria Izabel*, *Izabel Maria* e as Barcas *Infante*, *D. Sebastião* e *Nº 2* (BOITEUX, 1917).

Por essa altura, Rodrigo Lobo já enfrentava problemas de confiança e maquinações a seu respeito em Montevideu, inclusive com ordem de prisão dada por D. Álvaro. Sendo

¹¹ A mudança de ideia em relação à retirada também é associada ao fato de se ter recebido, em Montevideu, a notícia do castigo infligido, na Corte, aos soldados portugueses que chegaram com Francisco Maximiano. Tal fato teria contribuído para acirrar a disposição dos portugueses a resistir (LIMA, 1922, p. 288).

¹² D. Álvaro já havia enviado à Bahia, por um brigue americano, um tenente de sua confiança com intuito de pedir apoio ao Gal. Madeira para pagar os soldos das tropas e organizar a resistência. Entretanto, o referido oficial caiu prisioneiro por ocasião de uma revista realizada no navio norte-americano pela fragata *Carolina*. Ainda assim, a resistência de D. Álvaro não foi sustada e, ao que tudo indica, o contato com o Gal. Madeira se estabeleceu de outra forma (TAVARES, 1923, pp. 438-439).

assim, retirou-se¹³ para a Colônia do Sacramento após parlamentar com Lecor (BOITEUX, 1917).

Não podendo retornar com a Fragata *Thetis*, que era uma das instruções que tinha¹⁴, Jewett chegou a sugerir a Lecor que o navio fosse queimado¹⁵, de modo que não pudesse ser empregado pelos opositores. No entanto, tal proposta não foi aprovada. Ainda em um ofício datado de 3 de dezembro de 1822, Jewett, apresentando as suas considerações, repetiu a solicitação quanto à Fragata *Thetis* e solicitou instruções relativas aos navios transportes que vieram do Rio de Janeiro, pois não as tinha. Na mesma comunicação, relatou que as ordens que recebera obrigavam o seu regresso imediato (BOITEUX, 1917).

Enquanto isso, Lecor, em contato com seu aliado e Síndico Procurador-Geral da Cisplatina, D. Thomaz Garcia de Zuñiga, acordou que nada se fizesse em relação à Fragata *Thetis*. Tal deliberação se deu tanto por não haver ordens sobre o assunto quanto para que se pudesse manter a possibilidade de reverter o quadro para um possível embarque dos portugueses após a partida de Jewett, a qual não haveria de tardar (BOITEUX, 1917). A comunicação a Jewett foi a que se segue.

Ilmo. Snr. Tendo imposto ao Syndico Procurador Geral deste Estado sobre a retirada dessa Esquadra por ordem de S. M. I. pedio-me para manifestar a V. S. a necessidade de evitar todo acto de violência sobre a fragata *Thetis*, e as vantagens que devem resultar de nada acontecer com o transporte *Conde dos Arcos*, e demais que venham chegando do Rio de Janeiro. As razões do Syndico Geral são incontestáveis porque sem dúvida alguma as tropas da Praça se unirão ao partido que conspira para separar esta província do Império logo que ataque a Fragata *Thetis*, ou que se retirem os transportes, e neste caso seria muito difícil sustentar a ocupação deste território. O Syndico Geral representa sobre isto ao Imperador e eu recomendo a consideração de V. Exa. a necessidade de evitar todo motivo que irrite e una os soldados às ideas de seus officiaes, para não aumentar as grandes dificuldades de nossa situação presente. Espero que depois de alguns dias poderei mover mólras poderosas para determinar aos soldados a que se embarquem ou saham da Praça, e para isso convém absolutamente nada fazer contra a *Thetis* e os transportes (BOITEUX, 1917, p. 140).

¹³ David Jewett levava ordem para que Rodrigo Lobo se retirasse na Fragata *Thetis*, que se achava no porto de Montevideú com a barca *Mameluka* e a escuna *Ullana* (esta já desarmada). De acordo com Boiteux, um grande pampeiro (vento típico da região) havia arrastado esse navio com seus ferros do ancoradouro de franquia, vindo parar quase na praia, dentro do porto, ao alcance das baterias deste. O navio se encontrava sem tripulação, porém guarnecido por destacamento de soldados com revezamento quinzenal (BOITEUX, 1917, pp. 137-138).

¹⁴ As outras eram fazer embarcar as tropas portuguesas nos transportes e apoderar-se da galera *Conde de Arcos* (também encalhada no porto). (BOITEUX, 1917, p. 138).

¹⁵ Segundo Boiteux, em um ofício encaminhado ao Ministro da Marinha, em 7 de dezembro de 1822, Lecor informou ter consultado ao Almirante Rodrigo Lobo sobre o assunto, tendo o referido oficial dito que a fragata não poderia ser retirada do Porto em menos de três dias, isso sendo o vento favorável. No entanto, Rodrigo Lobo não aprovava que o navio fosse incendiado. Nesse mesmo documento, Lecor sugere que poderia destruir a fragata por meio de uma expedição de escaleres, mas solicita ordens ao ministro sobre como proceder para este particular. (BOITEUX, 1917, p. 139).

O documento recebido de Jewett também fora respondido por Lecor por meio de um longo ofício no mesmo dia 4 de dezembro. Nessa correspondência, Lecor apresenta as suas dificuldades e observações, respondendo aos questionamentos de Jewett. Parte de seus argumentos podem se verificar a seguir.

Ilmo. Snr. Respondo a comunicação de V. S. de três do corrente dizendo que não devendo demorar-se o cumprimento das ordens de S. M. Imperial se acha V. S. no caso de regressar para o Rio de Janeiro sem demora alguma com a fragata *União*, *Real Carolina*, corveta *Liberal* e escuna *Leopoldina*. Enquanto á fragata *Thetis*, não sendo possível tirá-la do Porto segundo a opinião de V. S. e do Exmº. Snr. Vice-Almirante Rodrigo Ferreira Lobo, e não havendo ordem expressa de S. M. Imperial para queimar-a me parece que V. S. deve deixá-la no estado em que se acha até que S. M. Imperial determine outro proceder, ou que cessando os apuros que tem datado a retirada dessa Esquadra, possa o Governo tomar sobre este ponto as resoluções que julgue mais convenientes...O mesmo digo em relação aos transportes, porque não havendo ordem para mandá-los retroceder subsistem as anteriores nas quaes se mandam os transportes para que se embarquem as tropas de Mantevidéo para Lisboa (BOITEUX, 1917, pp. 140-141).

Em consequência disso, David Jewett deu por encerrada a sua comissão entregando os transportes a Rodrigo Lobo que os encaminhou, em seguida, para Maldonado. Em 19 de dezembro de 1822, Jewett partira para o Rio de Janeiro, aonde chegou em 12 de janeiro do ano seguinte (TAVARES, 1923), trazendo a notícia de que D. Álvaro havia proclamado que a Província fora conquistada pelas armas portuguesas e que permaneceria fiel às Cortes de seu país (VALE, 2002).

Foi também em janeiro de 1823, que a escuna *Maria Teresa* foi sublevada e entregue às forças de D. Álvaro¹⁶ juntamente com o Brigue *Liguri* e os Transportes *Conde dos Arcos* e *General Lecor*. Além de um revés para a causa brasileira, esses fatos redundaram no descrédito do Almirante Rodrigo Lobo (VALE, 2002).

Para substituí-lo, em 3 de fevereiro de 1823, foi nomeado o Capitão de Mar e Guerra Graduado Pedro Antonio Nunes. Partiu, então, em 19 de fevereiro, o novo Comandante da Esquadra no Prata. Nessa jornada, navegou com o brigue *Real Pedro* (sob o comando do 2º tenente José Guilherme Rodrigues de Sousa) e as escunas *Cossaca* (sob o comando do 2º tenente Jacinto Alves Branco Muniz Barreto) e *Seis de Fevereiro* (sob o comando do 2º tenente Manuel Marques Pereira Delfim) (A MARINHA..., 1880).

¹⁶ A sublevação foi capitaneada pelo 2º tenente Procópio Lourenço de Andrade quando, em viagem de Maldonado para a Colônia do Sacramento, conduzia artilharia. Na ocasião, fizeram prisioneiro o comandante do navio Capitão-Tenente Francisco de Assis Cabral. Na ordem do dia nº 51, publicada por D. Álvaro da Costa, em 12 de Fevereiro de 1823, o general elogiou “o honrado e leal procedimento” de um cabo de esquadra e seis marinheiros autores da revolta e declara ter-lhe satisfeito ver que o tenente Procópio merecera a confiança da guarnição. (TEIXEIRA, 1902, p. 278).

Na Cisplatina, prosseguiram os esforços do Barão de Laguna no sentido de fazer com que os portugueses saíssem de Montevideú. Não obtido sucesso, foi proclamado, em 20 de janeiro de 1823, um bloqueio com a finalidade de isolá-los naquela localidade (VALE, 2002). Após uma viagem de três semanas partindo do Rio de Janeiro, “chegou ao Rio da Prata o novo Comandante em Chefe da Esquadra brasileira, no dia 15 de março de 1823, dando continuidade ao bloqueio marítimo da capital” (VALE, 2002, p. 120).

D. Álvaro havia reforçado o seu poder de resistência. Porém, Pedro Antonio Nunes, agora sem os elementos favoráveis aos portugueses em suas tripulações, teve condições de apertar o bloqueio. Seu intento era o de neutralizar o inimigo na capital da província até que o poder central lhe pudesse facultar os meios necessários para o emprego da força (VALE, 2002).

Cabe ressaltar que, por meio da análise das correspondências oficiais de Lecor, verifica-se um pleno conhecimento dos planos de seus opositores, o que conseguia por meio de seus partidários, notadamente em Montevideú. D. Álvaro, vislumbrando não poder conservar a Cisplatina sob domínio português, entrara em negociações com o governo das Províncias Unidas do Rio da Prata¹⁷. Os platinos, por sua vez, possuíam interesse em reaver aquele território, o qual já havia pertencido ao Vice-Reinado do Rio da Prata anteriormente (BOITEUX, 1954, p. 58).

As ações se sucediam de lado a lado e, já em 1º de abril de 1823, foi lançado pelo síndico de Montevideú um manifesto ao povo para que optasse pela independência ou pela continuidade da união com o Brasil. O resultado foi com grande superioridade a favor do Brasil. Ainda assim, posteriormente, conseguiram os platinos fracionar o cabildo. Foi então que Rivadávia enviou o agente J. Valentim Gomez em missão especial ao Rio de Janeiro para tratar da recuperação da Cisplatina (BOITEUX, 1954, p. 58).

As vitórias da Marinha no norte e nordeste do país permitiram que, nesse ínterim, fossem enviados reforços para a flotilha brasileira no sul. Assim, para lá partiram, em 12 de agosto de 1823, a corveta *Liberal*, o brigue *Cacique* e a escuna *Leopoldina*. No mês seguinte, seguiu também o brigue *Guarani*. É de notar que, com esse reforço, Pedro Antonio Nunes passou a dispor de melhores recursos para confrontar os portugueses com maior eficácia (VALE, 2002).

¹⁷ Por essa altura, presidia as Províncias Unidas do Rio da Prata o General Martin Rodriguez, sendo seu Ministro Exterior Bernardino Rivadavia. Este último já iniciava negociações com o cabildo de Montevideú e colocava em ação seus agentes no sentido de angariar simpatia a sua causa. (BOITEUX, 1954, p. 58).

O estado vacilante em que permanecia a oficialidade sob as ordens de Rodrigo Lobo começava a desaparecer diante da saída dos elementos não simpáticos à causa do Império (A MARINHA..., 1880). Embora sem unanimidade, ia progredindo a causa brasileira.

Tão logo chegou a Montevideú a notícia das vitórias obtidas por Lorde Cochrane no norte e nordeste do Brasil e de seu recolhimento à Corte, D. Álvaro havia resolvido capitular (ARMITAGE, 2011). Entretanto, o impasse permaneceu e o general português resistiu até quando lhe foi possível.

A missão Valentin Gomez 1823

À medida que o fracionado cabildo de Montevideú se articulava para tentar libertar-se do jugo estrangeiro, Buenos Aires, que inicialmente preferira legar a Banda Oriental ao Brasil a vê-la livre sob a chefia de Artigas, também agora se articulava para a conquista de seus desígnios sobre o território cisplatino (BARROSO, 2019).

Nesse sentido, o Ministro do Exterior Bernardino Rivadavia enviou ao Rio de Janeiro José Valentin Gomez com a missão de definir a posição, até então indecisa, do Governo Imperial. As comunicações ocorreram com encontros presenciais e correspondências transmitidas entre 1º de agosto de 1823 e 13 de fevereiro de 1824.

Inicialmente, D. Valentin tratou do assunto com o Ministro de Estado e Relações Exteriores José Joaquim Carneiro de Campos e, mais adiante, com o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros Luis José Carvalho e Mello¹⁸. Em 15 de setembro de 1823, Gomez reforçou o motivo do contato inicial apresentando um memorando à Carvalho e Mello, pelo qual protestava contra a incorporação da Cisplatina ao Brasil (HOLANDA, 2003).

Diversas foram as correspondências entre D. Valentin e os representantes do governo brasileiro. Em nota datada de 26 de novembro, D. Valentin voltou a apresentar os argumentos que representavam a visão das Províncias Unidas do Rio da Prata e cobrou respostas do governo brasileiro. É possível ter ideia do teor do documento por meio do trecho que se segue, dele extraído.

El gobierno de Buenos Aires há ordenado en consecuencia al abajo firmado, que sin perder instantes, haga conocer todo lo expuesto, sin reserva alguna, al ministério de S. M. I., y que exija terminantemente una declaracion definitiva de si entrega ó no este gobierno la plaza de Montevideo y su campaña á las províncias unidas, bajo el concepto de que

¹⁸ Uma parte considerável das correspondências trocadas pela representação platina no Rio de Janeiro foi publicada pelo Ministério das Relações Exteriores na coleção “Arquivo Diplomático da Independência”. (BRASIL, 1922, pp. 335-342).

así como la negativa, toda demora va a tener consecuencias muy graves, de las que nadie será responsable sino el gobierno del Brasil (PASCUAL, 1864, p. 131).

Evidentemente, o representante platino mostrava-se incomodado pela demora em obter a resposta do governo brasileiro. Este, por sua vez, ganhava tempo para receber informações sobre os sucessos da Cisplatina. Enquanto isso, habilmente, os representantes do governo tratavam da questão sem resultados categóricos com D. Valentin.

A chegada da informação sobre a convenção que conseguiu o Brasil para a retirada dos portugueses era o que faltava para uma resposta mais contundente¹⁹. Assim sendo, a missão teve uma resposta negativa por parte do governo brasileiro que em nota, datada de 6 de fevereiro de 1824, afirmou que:

Não pode o Governo de Sua Majestade Imperial entrar com o de Buenos-Ayres em negociação que tenha por base a cessão do Estado Cisplatino, cujos habitantes não deve abandonar, principalmente quando a convicção recíproca dos interesses provenientes da incorporação, os empenhos mutuamente contrahidos, a fidelidade que tanto distingue os Cisplatinos, e a dignidade do Imperio brasileiro, são outros tantos obstáculos a qualquer negociação que os comprometa (DA SILVA, 1883, pp. 9-10).

Evidentemente, a resposta do Governo Imperial não agradou ao Governo de Buenos Aires. Em consequência, não podendo aquele Governo entrar desde já em guerra franca contra o Brasil, tratou de criar empecilhos e inculcar controvérsias no seio da população cisplatina.

Para tanto, já contavam com os serviços de *Lavalleja*, *Manoel Oribe* e outros caudilhos, os quais, munidos de recursos e armamentos argentinos, passaram a hostilizar os brasileiros na Campanha Oriental e na fronteira sul do Império (DA SILVA, 1883).

A esse grupo iriam se juntar outros chefes influentes²⁰, alguns veteranos do tempo de Artigas, uns desejosos de ver a união com as Províncias Unidas, outros de ver nascer um estado independente (CARNEIRO, 1983). O tempo haveria de tornar claras tais divisões.

Em Montevideú, a influência da política portenha no cabildo, orientada habilmente pelo Ministro D. Bernardino Rivadavia, logo foi transparecendo. Disso resultou uma declaração, a 20 de outubro de 1823, de que não só a província permanecia sob a proteção

¹⁹ Por meio de um ofício, datado de 20 de novembro de 1823, foi encaminhada uma cópia da convenção à Repartição dos Negócios Estrangeiros no Rio de Janeiro. Acusando o recebimento desse documento, foi publicada nota datada de 23 de janeiro de 1824 (DIÁRIO DO GOVERNO. Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1824, p. 106).

²⁰ Tantos os que haviam sido partidários dos portugueses, como os Oribe, como os que se haviam sempre mostrado inimigos, agora cooperavam desejosos de ter a união com a Argentina. Formou-se mesmo uma sociedade secreta, dos Caballeros Orientales, cujos ideais eram o combate à dominação brasileira (CARNEIRO, 1983, p. 37).

de Buenos Aires, mas também estabelecia a nulidade do ato de incorporação de 1821 (HOLANDA, 2003). Em conluio com os argentinos, D. Álvaro sentira ser este um bom momento para a ação (BOITEUX, 1954).

Passado apenas um dia da declaração de nulidade do ato de incorporação da Província Cisplatina ao Brasil, a flotilha portuguesa tentou romper o bloqueio que a força naval brasileira impunha ao porto de Montevideú (ALBUQUERQUE, 1971). Embora em um grau menor de proporcionalidade, era de notar certa semelhança com a situação vivida na Bahia alguns meses antes (DUARTE, 1985).

O Combate de Montevideú

Assediado por terra e bloqueado por mar, D. Álvaro da Costa sentia fugir pouco a pouco a esperança da vitória. Aumentava a falta de víveres dentro da praça e os esperados socorros da metrópole e de outros pontos do litoral brasileiro se tornavam incertos. Resolveu, então, tentar um esforço bélico. Determinou, pois, a saída dos seus navios a fim de empenharem-se contra a força naval brasileira e desorganizar o bloqueio que o asfixiava (BOITEUX, 1930).

Ao nascer do sol de terça-feira, 21 de outubro de 1823, a flotilha naval portuguesa²¹ suspendeu do porto sob o comando do Primeiro-Tenente José Maria de Sousa Soares de Andrea, comandante da corveta *Conde dos Arcos* (26 peças). Acompanhavam a capitânia a corveta *Restauradora* (16 peças - ex-*General Lecor*), o brigue *Fausto* (16 peças – ex-*Liguri*) e a escuna *Maria Teresa* (14 peças) (VALE, 2002).

Nesse momento, a força naval brasileira, já com os reforços recebidos, contava com a corveta *Liberal* (22 peças) sob o comando do Capitão-Tenente Antônio Salema Freire Garção, o brigue *Cacique* (20 peças) sob o comando do Capitão-Tenente Antônio Joaquim do Couto, o brigue *Guarani* (14 peças) sob o comando do Primeiro-Tenente James Nicoll e o brigue *Real Pedro* (14 peças) sob o comando do Segundo-Tenente Francisco da Silva Lobão (VALE, 2002).

Além dessas belonaves, dispunha a força brasileira da escuna *Leopoldina* (12 peças) sob o comando do Primeiro-Tenente Francisco Bibiano de Castro e das escunas *Seis de Fevereiro* e *Cossaca* (cada uma com um rodízio) comandadas respectivamente pelo Primeiro-Tenente Francisco de Paula Osório e Segundo-Tenente Jacinto Alves B. Muniz Barreto (VALE, 2002).

²¹ D. Álvaro havia se empenhado em converter em navios armados as três barcas que havia incorporado às suas forças em virtude da traição da tripulação da escuna *Maria Teresa* em janeiro de 1823.

Em suma, a força naval brasileira dispunha de sete navios²², totalizando 82 peças e dois rodízios, ao passo que os portugueses contavam com quatro navios, totalizando 72 peças. A vantagem brasileira fez-se transparecer no embate que se seguiu.

Em sua parte oficial, datada de 25 de outubro de 1823, pela qual comunicou os fatos ao Ministro de Estado dos Negócios da Marinha Luís da Cunha Moreira, o Capitão de Mar e Guerra Graduado Pedro Antonio Nunes relatou que, ao avistar os navios inimigos, deu ordem para levantar âncoras e navegou “em linha no bordo do mar, não só para ganhar barlavento ao inimigo, como também para o afastar do porto” (DIÁRIO DO GOVERNO. Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1824, p. 33).

Alcançados os seus propósitos iniciais, dispondo-se vantajosamente para o combate, Nunes virou por vante e engajou-se no combate em bordos desencontrados. Por duas vezes fez a mesma manobra, mantendo sempre vivo fogo com a intenção de cortar a retirada do inimigo (DIÁRIO DO GOVERNO. Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1824). Em poucos minutos, a fumaça impediu a visibilidade desfazendo a formatura de modo que, por algum tempo, só se pôde atacar o inimigo mais próximo (PALHA, 1890).

A corveta Liberal teve desarvorado o mastro da mezena alvejado por projétil inimigo, também lhe foi atingido o mastro grande, o que juntamente com outros impactos sofridos fez com que os cabos atrapalhassem a manobra. Para realizar os reparos compatíveis com as circunstâncias, precisou afastar-se a capitânia (DIÁRIO DO GOVERNO. Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1824).

O chefe da esquadra brasileira relatou que no decurso da ação teve “muitos cabos cortados, como brandáes, ovens da enxárcia grande e da gata, cabos de laborar e o panno crivado de metralha” (DIÁRIO DO GOVERNO. Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1824, p. 33).

Nas partes oficiais dos demais comandantes de navio a lutar pela causa brasileira também constam informações relevantes sobre o combate de 21 de outubro. Nesse sentido, o comandante do Brigue *Cacique* não deixou de elogiar a maneira como se portou a guarnição de seu navio, relatando que não teve mortos e feridos, apesar de ter atuado muito próximo do inimigo. Além disso, informou ter sofrido pequenas avarias “taes como varios buracos no pano de balas, e metralha, hum contra-estaes grande cortado, hum brandal de velaxo e hum dito de Joanete grande” (DIÁRIO DO GOVERNO. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1824, p.

²² No Combate de Montevideú participaram seis navios, pois não consta na documentação a atuação da escuna *Cossaca*.

39). E justificou o curto relato por ter sido Pedro Antonio Nunes testemunha ocular dos acontecimentos (DIÁRIO DO GOVERNO. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1824).

Do mesmo modo, o comandante do brigue *Real Pedro* enalteceu o desempenho de sua tripulação, destacando a atuação do Segundo-Tenente Agnello Petra de Bitancour por ter se portado “com muito desembaraço, bravura e sangue frio” (DIÁRIO DO GOVERNO. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1824, pp. 39-40); assim como do Piloto Manoel Antonio Vieira “que durante o segundo fogo esteve sempre ao leme” (DIÁRIO DO GOVERNO. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1824, pp. 39-40). O comandante do *Real Pedro* exaltou ainda o trabalho do despenseiro do navio “que por mostrar muita atividade foi encarregado de vigiar a gente da Taifa para que não abandonasse os cabos” (DIÁRIO DO GOVERNO. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1824, pp. 39-40). Além disso, recomendou o Soldado de Artilharia de Pernambuco, Gonçalo José da Silva, “que estando enfermo, quando sentio tocar a postos apresentou-se à sua peça, dizendo que nesta ocasião não sentia moléstia alguma” (DIÁRIO DO GOVERNO. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1824, pp. 39-40).

Quanto à manobra do navio em combate, assim descreveu o Primeiro-Tenente Francisco Albiano de Castro, no desempenho do cargo de comandante interino do navio.

Eu arribei para o *Conde dos Arcos* porque o fumo não me deixando ver os movimentos do Navio Chefe, e as balas do inimigo passando por entre os mastros do meu Bergantim julguei do meu dever fazer esta manobra para tirar a mór vantagem da minha Artilharia, fazendo-lhe fogo por brigadas, porem logo que cessou o fumo, e conhecer eu pude o Navio Chefe orcei logo para tomar o meu lugar na linha, e nesta ocasião dei a vista da corveta *Lecor* por meu barlavento fazendo-me fogo, assim como o brigue Sardo por a bochecha de Sotavento; mandei então passar uma brigada para barlavento, e respondendo a ambos os fogos do inimigo consegui com força de vella ganhar a minha posição (DIÁRIO DO GOVERNO. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1824, pp. 39-40).

Como avaria durante o combate, o brigue *Real Pedro* teve “cortado o estaes do Joanete grande, hum pedaço do páo do cotello de velacho, e a vela de estaes de gávea furada por huma bala, e a bojarrona com alguns furos de metralha” (DIÁRIO DO GOVERNO. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1824, pp. 39-40).

Por sua vez, o comandante do brigue *Guarani* salientou o “patriotismo, unido ao valor, coragem e intrepidez” (DIÁRIO DO GOVERNO. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1824, p. 40) nas diferentes classes de sua tripulação. Deixou registrada menção especial sobre o desempenho do Imediato do navio, Segundo-Tenente Joaquim Leão da Silva Machado, que fora “encarregado dos signaes, Commandante da Bateria, e mesmo do Commnado do brigue, quando houve com aquelle valor, honra, e atividade; que devem

caracterizar os bons, e dignos officiaes” (DIÁRIO DO GOVERNO. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1824, p. 40).

Ademais, evidenciou as ações dos voluntários Robert Sutel e José Ricardo Torquato, bem como a conduta do Primeiro-Tenente Joaquim Guilherme Rodrigues de Souza, o qual se encontrava preso no brigue *Guarani* por ordem do Comandante da Esquadra no Rio da Prata (DIÁRIO DO GOVERNO. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1824, p. 40).

Segundo o comandante do *Guarani*, Primeiro-Tenente James Nicoll, como não havia na ordem de prisão declaração expressa sobre o procedimento em caso de combate, o referido comandante não impediu que o oficial preso lutasse: “não pude obstar a que elle em tal dia se apresentasse em cima da Tolda, armado de sua espada, e pistolas, a onde se portou com todo valor, honra, e actividade” (DIÁRIO DO GOVERNO. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1824, p. 40).

O brigue *Guarani* esteve em combate muito próximo com a corveta *Conde dos Arcos*, porém, não recebeu avarias de monta, restando apenas o pau da surriola partido. O comandante do navio comunicou haver gasto 197 tiros na ação, permanecendo com um soldado ferido e um grumete contuso, causado pela pouca prática durante um tiro de caronada dado por elevação (DIÁRIO DO GOVERNO. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1824, p. 40).

Já o comandante interino da Escuna *Leopoldina*, além de realçar o valor e o entusiasmo de sua tripulação, comunicou as poucas avarias que sofreu. Essas não passaram de dois impactos de projetis por bombordo e alguma metralha que lhe cortara os cabos de manobra e atingira a vela grande, o que informou já ter remediado (DIÁRIO DO GOVERNO. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1824, p. 40).

Por fim, o comandante da escuna *Seis de Fevereiro* reportou os danos que sofreu no seu navio, tirando-lhe de combate. De acordo com o relato do comandante da escuna, ficou ela com “hum rombo ao lume d’agoa da parte de E. B²³, próximo a almeida que nem só me estruio o paiol da pólvora, mas alguma que se achava encartuchada” (DIÁRIO DO GOVERNO. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1824, p. 40). Convém lembrar que não há parte oficial nem relato da participação da escuna *Cossaca* no Combate de Montevideú.

Na comunicação de Pedro Antonio Nunes ao Ministro da Marinha são relatadas as avarias da escuna *Seis de fevereiro*, onde se lê que “recebeu um rombo ao lume d’agua, feito por uma bala de 18, que a pôz em estado de não poder entrar em combate”. Informou, também, sobre os dois impactos sofridos no costado da escuna *Leopoldina*. No mais,

²³ Estibordo.

noticiou não ter havido grandes avarias nos outros navios, não restando mortos e feridos nas forças brasileiras (DIÁRIO DO GOVERNO. Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1824, p. 33).

Após o combate, Nunes mencionou ter recebido de Lecor informação de que os portugueses tiveram seis mortos e dezoito feridos, tendo os navios inimigos sofrido grandes avarias. Estiveram em vantagem as forças brasileiras e, naquele dia, por volta das quatro horas da tarde, os portugueses viraram no bordo de terra rumando em direção ao porto (DIÁRIO DO GOVERNO. Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1824, p. 33).

Os navios de Pedro Nunes seguiram os portugueses sem, contudo, impedir a retirada que se completou ao pôr do sol (DIÁRIO DO GOVERNO. Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1824, p. 33). No dia seguinte, tornaram os quatro navios inimigos a sair, “mas conservaram-se na boca do porto até o por do sol, sem se animarem a aproximar-se da divisão brasileira, que se achava à vista e ao largo” (PALHA, 1890, p. 344).

Imagem 2: *Combate de Montevideú.*



Fonte: CARVALHO, 1986, p. 21.

Embora sem grande expressão no nível tático, o Combate de Montevideú repercutiu de maneira bastante contundente no campo estratégico. A esquadra brasileira havia impedido a saída dos portugueses e o valor do bloqueio naval fora experimentado e aprovado. Diante do insucesso da jornada do último chefe português a sustentar a luta contra o Brasil independente em solo americano, estavam abertos os caminhos para a negociação da retirada portuguesa.

Após vários combates intermitentes pelo controle da Cisplatina, venceu quem dispunha do controle das comunicações marítimas, fato que permitiu o municionamento e o socorro de novas forças para a continuidade da luta (CALMON, 1947). Sabendo que sem o

controle do mar não obteria vantagem na disputa, o Império soube valer-se de tal vantagem com o emprego de sua Marinha.

O acordo necessário: do armistício à retirada portuguesa

Acreditando que a resistência seria inútil, pois não mais poderia receber os auxílios que pedira ao General Madeira, D. Álvaro resolveu capitular (JACEGUAI; OLIVEIRA, 1940). Nesse sentido, no dia 24 de outubro de 1823, dirigiu ao Barão de Laguna um ofício em que participava que era vontade de El-Rei o Senhor D. João VI que as tropas debaixo das suas ordens não fizessem hostilidades no Brasil e se retirassem para Portugal (DUARTE, 1985).

Como não sabia se o Barão de Laguna possuía autoridade suficiente para dar as garantias precisas para assegurar os meios de se efetuar o seu embarque para Portugal, enviaria ao Rio de Janeiro um oficial parlamentar a fim de garantir os meios necessários e propor um armistício e comércio livre enquanto não houvesse a resposta do Imperador do Brasil (DUARTE, 1985).

Três dias depois, respondeu Lecor dizendo que se achava investido de todos os poderes para deliberar sobre o assunto, tanto para o embarque daqueles que quisessem voltar para a Europa quanto para garantir a segurança daqueles que quisessem ficar (DUARTE, 1985).

Além disso, disse que não concordava com a ida de um parlamentar ao Rio de Janeiro sabendo que se aprontava armamento dentro da praça de Montevideú e que somente consentia o armistício pelos poucos dias necessários para os oficiais da confiança de D. Álvaro tratarem sobre o embarque (DUARTE, 1985).

Assim sendo, no dia 30 de outubro, à noite, um grupo de militares partiu com o intuito de encontrar Lecor, no dia seguinte, na altura do Passo das Pedras (DUARTE, 1985). Dessa forma, estabeleceu-se o armistício. Mais adiante, no dia 18 de novembro, firmaram uma convenção²⁴ que tratava, em nove artigos, sobre os procedimentos para a retirada dos portugueses da Cisplatina, bem como sobre a definição das relações entre ambas as forças (FERREIRA, 2012).

²⁴ Assinada no pastoreio de Pereira, nascentes do Arroio Miguelete, no território cisplatino, entre os delegados do General D. Álvaro da Costa de Sousa de Macedo e os delegados do General Lecór, sendo ratificada posteriormente. A convenção de 18 de novembro foi assinada pelo Coronel Inácio José Vicente da Fonseca, chefe da legião de São Paulo, pelo tenente-coronel Wenceslau de Oliveira Belo, comandante da artilharia do Rio de Janeiro (representantes do general brasileiro), pelo coronel Filipe Néri Gurjão e pelo major Inácio da Cunha Gasparinho (representantes do general português) (RIO BRANCO, 2012, p. 648).

Em resumo, o teor da convenção²⁵ ajustada era o seguinte: o art. 1º fixava a plena suspensão de armas por mar e por terra até a conclusão do documento. O art. 2º estabelecia o franqueamento do comércio com a praça de Montevideú por mar e por terra e que as embarcações da Esquadra Imperial poderiam entrar no porto em segurança, sendo a comunicação por terra realizada pelo Serro. O art. 3º indicava os pontos de ocupação das tropas e condições da viagem de retorno à Lisboa.

O art. 4º estipulava as condições de pagamento dos soldos, comedorias e direitos relativos à saúde dos Voluntários Reais, e, ainda, que a Divisão de Voluntários Reais levaria toda a artilharia, munições e mais pertences que trouxera de Portugal, além de uma peça tomada no combate da *India Muerta*. O art. 5º precisava que se trataria em separado sobre as dívidas públicas contraídas em Montevideú para manutenção das tropas e da Esquadra Real. O art. 6º instituíu que a fragata *Thetis* ficaria em depósito até que os dois Gabinetes de Portugal e Brasil decidissem, entre si, a qual dos Governos pertenceria. E que a escuna *Maria Thereza* e a corveta *Restauradora* ficariam à disposição do Barão da Laguna.

O art. 7º determinava a apresentação de membros do 1º e 2º Batalhões de Libertos e dos Dragões da Província ao Exército Imperial. Já o art. 8º previa que ninguém seria molestado nas suas pessoas, bens ou pelas opiniões políticas anteriores, além do recolhimento de armas que haviam sido distribuídas e da liberdade dos prisioneiros de guerra. Por fim, o art. 9º definia a rendição das tropas de segurança da Divisão de Voluntários Reais pelas do Exército Imperial no momento do embarque. Ficou registrado também que Lecor declinou formalmente de receber as chaves da municipalidade que lhes foram oferecidas.

Importa referir que, mesmo após acordados os termos em que se iria proceder a retirada portuguesa, houve ainda desconfianças entre os negociadores. Tal é o que se pode depreender por meio das correspondências trocadas entre Carlos Frederico Lecor, Pedro Antonio Nunes e o Ministro da Marinha Francisco Villela Barbosa.

Já em 23 de janeiro de 1824, Pedro Antonio Nunes recebia uma carta de Lecor tratando sobre as coordenações para a retirada dos portugueses.

Estando proximos a dar á vela os Transportes que conduzem a Portugal a Divisão de Voluntarios Reaes daquele Reino, V. S. mandará apromptar até ao dia 3 de Fevereiro proximo futuro, duas embarcações dessa Esquadra²⁶, que não só

²⁵ Ver texto integral da convenção em: (CASTRO, 1857, pp. 484-493).

²⁶ Em correspondência datada de 31 de janeiro de 1824, Pedro Antonio Nunes oficiou ao Ministro da Marinha que para a função descrita havia nomeado os bergantins *Cacique* e *Guarany*. Parte dessa comunicação é exposta a seguir. “Tenho a honra de participar a V. Ex. que em consequencia de um officio do Capitão-General, copia n. 1, nomeei os bergantins *Cacique*, e *Guarany* para comboiarem os

possam cumprir o que se acha estipulado no Artigo 3º da Convenção, mas sejam capazes do satisfazer as instruções, que eu lhe expedirei, para segurança da costa do Brazil, por onde a Expedição navegar (DA SILVA, 1883, p. 17).

Alguns dias depois, em correspondência datada de 30 de janeiro de 1824, Lecor alerta Nunes sob alguns procedimentos de D. Álvaro que lhe causam suspeição. “Não é ainda com fundamentos positivos, mas já tenho alguns dados, que a prudencia manda attender, para desconfiar que D. Álvaro da Costa, pretende ganhar tempo contra o embarque da Divisão de Voluntarios Reaes para Portugal” (DA SILVA, 1883, pp. 17-19).

Na mesma comunicação, o Barão de Laguna relata que D. Álvaro esteve a lhe questionar sobre o presumível dia do embarque, mostrando grande disposição em sair o quanto antes, porém, no momento no qual tudo se aprontava, o general português apresentou-lhe diversos óbices (DA SILVA, 1883, p. 18).

Dentre as objeções, estavam o fato de não aprovar a utilização do transporte *Bella Bonita* por ser roncheiro²⁷ – do que discordava Lecor. D. Álvaro argumentava que havia melhores barcos que se poderiam fretar. De acordo com Lecor, D. Álvaro reclamava ainda do fato de que “não se puzeram editaes para os fretamentos, que pretendia uma embarcação separada para Hospital, e outras varias exigencias desarrasoadas, e intempestivas, e que muito se parecem com pretextos que encobrem outro fim” (DA SILVA, 1883, p. 18).

Como citado anteriormente, tais exigências despertaram a suspicácia de Lecor, prevenindo de que algumas notícias chegadas da Europa poderiam ter induzido D. Álvaro a delongar o embarque ajustado. Assim sendo, solicitou a Pedro Antonio Nunes que, sem descumprir o que estava estipulado na convenção de 18 de novembro do ano anterior, mandasse reunir em frente ao Porto de Montevideú a força que antes o bloqueava, de modo que servisse de apoio às reconvenções que iria fazer com D. Álvaro (DA SILVA, 1883, pp. 18-19).

Diante desses e de outros desacertos²⁸ prévios ao embarque das tropas de D. Álvaro, Lecor comunicou que sentiria se houvesse motivo para romper a convenção. Finalmente,

Transportes, que hão de conduzir a Divisão de Voluntarios Reaes a Lisbôa, e como pelo tratado, estes devem ser acompanhados até aos Açores, ou mais a Leste, eu preveni o referido Capitão General, que era impraticável aos navios de guerra, fazerem a Commissão sem tocarem em Pernambuco, pois não podem receber mais que tres mezes de mantimentos” (DA SILVA, 1883, p. 20).

²⁷ Que anda devagar, zorreiro. (LEITÃO; LOPES, 1963, p. 356).

²⁸ Desagradou também ao Barão de Laguna o fato de D. Álvaro ter declarado “que mandava pôr fóra da linha as Senhoras dos Officiaes da Divisão que vem para este Exercito”, o que não parecia ter sido convencionado. No entanto, mais atrevimento pareceu a Lecor o fato de D. Álvaro ter lhe alertado de que se lhe fizesse constar que na Esquadra brasileira eram recebidos desertores, faria evacuar do Porto de Montevideú todas as embarcações do Império. Naturalmente, uma ideia não aprovada por Lecor diante da generalidade dos termos estabelecidos, relatou, então, a Pedro Antonio Nunes que o fato necessitava de uma “contradição oportuna” (DA SILVA, 1883, p. 19).

encerrou seu texto afirmando: “por modo algum consentirei que se falte a ella em prejuizo dos interesses nacionaes e imperiaes. É, pois, necessario deter a Corveta *Maria da Gloria*” (DA SILVA, 1883, p. 19).

Aliás, a possível retirada da Corveta *Maria da Glória* havia sido noticiada, anteriormente, pelo próprio comandante da Esquadra do Rio da Prata. Tal asserção faz-se notória por meio de uma correspondência que enviou Pedro Antonio Nunes ao Ministro da Marinha no dia 31 de janeiro de 1824. Na mesma comunicação, Nunes relatou que, em resposta ao ofício do Barão de Laguna, respondera “que a Esquadra estava reunida, e prompta a operar, logo que elle o determinasse” (DA SILVA, 1883, p. 20).

O fato é que D. Álvaro resolveu evacuar a praça e embarcar com a Divisão de Voluntários Reais, o que ocorreu no dia 8 de março de 1824, ficando desta sorte a Província Cisplatina incorporada ao Império Brasileiro, agora independente de Portugal (LIMA, 1843).

Em que pese o desgosto de alguns patriotas orientais, o General Lecor havia entrado na cidade com as suas tropas e no mês de maio o “Cabildo, sempre obsequioso ao vencedor, jurou a Constituição” (ARMITAGE, 2011, p. 199). Desse modo, as diversas povoações da Cisplatina enviaram proclamações e exaltações ao Imperador²⁹. O último reduto de resistência à independência havia sido vencido³⁰.

Escolheram-se, então, os deputados à primeira legislatura da Assembleia Geral. Foram eleitos D. Lucas José Obes³¹ e D. Francisco Llambí, depois substituídos por D. Nicolás Herrera e D. Dámaso Larrañaga, sendo este, pouco depois, nomeado Senador do Império (HOLANDA, 2003).

A união, no entanto, reunia interesses de matizes variadas e a base em que se assentava a conquista tendia a afastar os entendimentos. Essa fragilidade da união não passou despercebida pelo governo de Buenos Aires, que logo tratou de rompê-la em consonância com os interesses próprios (HOLANDA, 2003). O próprio Barão de Laguna já havia relatado em ofício ao Ministro da Marinha, em 1821, que “a nossa entrada nesta Província foi sempre olhada como conquista e contradisse as aspirações de muitos pretendentes à dominação dela” (BRASIL, 1821).

²⁹ Ver: Atas da proclamação de D. Pedro I como Imperador, pelos povos da província Cisplatina (BRASIL, 1823, Lata 242. Maço 04).

³⁰ Esse contexto histórico foi trabalhado com profundidade por Franchini Neto (2019, pp. 523-566).

³¹ D. Lucas José. Obes já havia estado presente nos festejos de 1822 como deputado representante da Província Cisplatina. De acordo com Renato Mendonça (2013, p. 131), “era quase um periscópio aflorado na placidez das águas”.

Embora o controle luso-brasileiro fosse proveitoso e generoso para alguns setores da população cisplatina, uma parte dela continuava hostil à união. A oposição entre espanhóis e portugueses prosseguia em ambos os lados do Atlântico e essas divergências não tardariam a vir à tona, inflamadas pelas ideias de caudilhos que repugnavam a ordem estatuída pelo Império do Brasil (BARROSO, 2019).

Sobre o período que se seguiu à saída dos portugueses, assim anotou o Hélio Leôncio Martins.

O entusiasmo de D. Pedro I pela Província Cisplatina não foi acompanhado pelos cuidados que ela requeria, e em 1824 assistiu seu declínio. As forças portuguesas que haviam ido para Portugal não foram substituídas. A atenção política e militar do Império foi absorvida pela reação à revolução em Pernambuco, que levantou quase todo o nordeste, formando a Confederação do Equador. A fraqueza percebida em Montevideu estimulou o espírito “artiguista”, que não morrera. Seus seguidores, no balanço habitual, apoiaram-se nas Províncias Unidas, as quais, tendo melhorado a situação interna com a vitória de *Ayacucho* sobre os últimos espanhóis da América, e conseguido a lealdade da totalidade dos Províncias, seu mais importante objetivo nacional passou a ser a recuperação da Banda Oriental (MARTINS, 2010, p. 21).

Para os cisplatinos, a aproximação, que no início foi proveitosa, mostrou-se pouco vantajosa depois, diante da possibilidade da ocorrência de revolta de escravos e mesmo a guerra civil (WINTER, 2017), cujas brasas ainda subsistiam. Buenos Aires não deixaria de assoprá-las reascendendo as antigas chamas (BARROSO, 2019).

Tudo haveria de redundar em mais guerras. E muito em breve, o recém-independente Império do Brasil estaria envolto em seu primeiro conflito armado internacional, a Guerra da Cisplatina (1825-1828) (WINTER, 2017).

Após muita luta, despesas e sacrifícios, diante da mediação internacional, a província Cisplatina tornar-se-ia independente. Nascia, assim, a República Oriental do Uruguai, representando a posse luso-brasileira do antigo território da Banda Oriental, um breve debruçar sobre as águas do Prata.

Fez-se valer, mais uma vez, o pensamento de Lucien Febvre (*apud* LIMA, 1974, p. 141) quando atestou que “na história não há jamais pontos de chegada; apenas pontos de passagem”.

Considerações Finais

Este estudo tentou demonstrar o processo de independência do Brasil no último reduto de resistência lusitana no país: a Província Cisplatina. Não obstante a ênfase nas ações navais, não se pode negar a relevância das operações terrestres, ambas constituindo

fatores essenciais para a obtenção do sucesso em uma região tão afastada da Corte, local de onde afluíam as decisões de primeira ordem.

É bastante comum que o processo de independência do país seja apresentado como consolidado a partir do sete de setembro. Quando a isso se passa, o foco tende a recair sobre a visão político-diplomática dada a sua importância no âmbito das decisões. Importa referir que, além de acertadas, essas decisões precisam ser cumpridas no tempo e da maneira adequada frente ao opositor. E, para tanto, o estado depende do Poder Militar.

A situação que se configurou no Prata deixou notório que só poderia haver êxito diante de cerco por terra e bloqueio por mar, conforme já havia ocorrido na Bahia, alguns meses antes. E para esse intento, foi crucial a atuação da Marinha do Brasil, tanto na efetivação do bloqueio, frustrando as comunicações e a possibilidade de reforço do inimigo por mar; quanto sob a perspectiva logística, com o abastecimento de meios, víveres e pessoal, ao mesmo tempo em que possibilitava a correspondência com a Corte no Rio de Janeiro.

Nesse sentido, em que pese as influências do ambiente político sobre o teatro de operações, tanto o bloqueio naval quanto o cerco terrestre complementaram-se para a obtenção do efeito desejado diante das condições geográficas existentes. Um prenúncio do grande país que estava nascendo.

Aliás, frente à ausência de vias internas que ligassem tão grandes distâncias, a ideia de independência não haveria de ultrapassar o entorno da sede da Corte, caso não se pudesse contar com a atuação de uma forte Marinha. Essa é uma das razões por que José Bonifácio concluiu que a organização de uma força naval seria a mais urgente prioridade do Governo Imperial (VALE, 2002).

Essa condição foi reforçada, mais tarde, no limiar do século XIX, quando Rui Barbosa reiterou que “o oceano tem sido quase invariavelmente o campo de batalha pela independência das nações que confinam com o mar” (A IMPRENSA. Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1898, p. 1). Por certo, a consolidação da Independência seguindo o ideário do poder central não se daria sem que houvesse uma Marinha.

Por outro lado, apesar da viva resistência de parte a parte para impor sua vontade, não se verifica no processo de Independência do Brasil um anseio de aniquilação do oponente. Vale lembrar que, a despeito das diferenças, havia o desejo de não derramar sangue de compatriotas, conforme foi exposto por correspondência de D. João VI a D. Pedro I (DUARTE, 1985). Ainda assim ocorreram muitas baixas e os embates bélicos foram cruciais para a emancipação do Brasil.

Ademais, não obstante as estratégias empregadas por ambos os contendores na tentativa de lograr proveito da conjuntura que se ia apresentando, a análise das correspondências oficiais permite inferir que o desfecho ocorreu com uma retirada honrosa, com ajustes prévios e apoio do governo brasileiro para a sua execução. Perante o contexto em que se deu, era um processo que não tardaria a ocorrer, mesmo que não se efetivasse naquelas circunstâncias.

Ao final, o Brasil era um país independente. O imbróglio com Portugal foi resolvido e, pouco tempo depois, um tratado de amizade foi assinado, consagrando uma situação de fato. Corolário da análise da documentação foi possível constatar que, sob a perspectiva naval, ainda restam muitos elementos a serem estudados nos seus pormenores.

Assim se dá em relação às próprias operações navais com o estudo exaustivo da atuação dos navios e suas tripulações, como também acerca do impacto da presença da Armada brasileira na região naquela conjuntura.

Embora tenha permanecido ligada ao Brasil por curto período, a região carece de uma melhor atenção pela historiografia do país. É de notar que as fontes brasileiras em conjunto com as uruguaias e argentinas podem permitir a descoberta de novas interpretações.

De tudo isso depende o esforço dos nossos historiadores, pois, conforme afirmou Raymond Aron (1962, p. 15, tradução nossa), “a história exprime um diálogo do presente e do passado, no qual o presente toma e guarda a iniciativa”.

Referências

ALBUQUERQUE, Antonio Luiz Porto e. O último episódio. *Navigator: Subsídios para a história marítima do Brasil*. n. 4, pp. 61-67, 1971.

A MARINHA de Guerra do Brasil na lucta da independência: apontamentos para a história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Senado Federal, 1880.

ARMITAGE, João. *História do Brasil*. Vol. 142. Brasília: Edições do Senado Federal, 2011.

ARON, Raymond. *Dimensiones de la Consciencia Historica*. Tradução para a língua espanhola de Pedro Lopez Cortezo. Madri: Editorial Tecnos S/A, 1962.

BARÃO DO RIO BRANCO. *Efemérides brasileiras*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

BARBOSA, Rui. A lição das esquadras. *A Imprensa*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 43, 16 nov. 1898. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=245038&pesq=%2216%20de%20nove%20de%201898%22&pagfis=185>. Acesso em: 18 junho 2022.

BRASIL. Arquivo da Marinha. *Ofício n° 42 de Carlos Frederico Lecor ao Ministro da Marinha Joaquim José Monteiro Torres, datado de 21 de abril de 1821*. Rio de Janeiro, 21 abr. 1821. Disponível em: <<http://www.arquivodamarinha.dphdm.mar.mil.br/index.php/documentos-navais-2>>. Acesso em: 01 julho 2022.

BRASIL. Arquivo Histórico do Itamaraty. *Atas da proclamação de D. Pedro I como Imperador, pelos povos da província Cisplatina*. Rio de Janeiro, 1823, Lata 242. Maço 04.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Archivo Diplomatico da Independência*. Vol. 5. Rio de Janeiro: Typographia Fluminense, 1922.

BOITEUX, Henrique. *Os Nossos Almirantes*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 2° vol., 1917.

BOITEUX, Lucas Alexandre. *A Marinha Imperial e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1954.

BOITEUX, Lucas Alexandre. *A tática nas campanhas navaes nacionaes*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1930.

CALMON, Pedro. *História do Brasil: 1800-1889*. 4° Vol. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947.

CAMINHA, João Carlos Gonçalves. A guerra da Independência. *Navigator: Subsídios para a história marítima do Brasil*. n. 14, pp. 29-62, 1978.

CARNEIRO, Borges. Ata da sessão de 02 de maio de 1822, intervenção do Deputado Borges Carneiro. In: *Atas das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa*. Disponível em: <<https://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/c1821/listIssuesByYear?ano=1822>>. Acesso em: 09 junho de 2022.

CARNEIRO, David. *História da Guerra Cisplatina*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

CARVALHO, Trajano Augusto de. *Nossa Marinha – seus feitos e glórias (1822-1940)*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha/Fundação Emílio Odebrecht/, 1986.

CASTRO, José Ferreira Borges de. *Collecção dos Tratados, Convenções, Contratos e Actos Públicos celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais potencias desde 1640 até o presente*. Tomo V. Lisboa: Imprensa Nacional, 1857.

DA SILVA, Theotonio Meirelles. *Apontamentos para a História da Marinha de Guerra Brasileira*. 3° Vol. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1883.

DIÁRIO DO GOVERNO. Rio de Janeiro, n. 3, 10 jan. 1824, p. 33. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=706752&pasta=ano%20182&pesq=%22pedro%20antonio%20nunes%22&pagfis=1457>>. Acesso em: 22 maio 2022.

DIÁRIO DO GOVERNO. Rio de Janeiro, n. 8, 12 jan. 1824, pp. 39-40. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=706752&pesq=cassique&pagfis=1463>>. Acesso em: 15 junho 2022.

DIÁRIO DO GOVERNO. Rio de Janeiro, n. 24, 31 jan. 1824, p. 106. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=706752&pasta=ano%20182&pesq=co nven%C3%A7%C3%A3o&pagfis=1530>>. Acesso em: 15 junho 2022.

DIGIGOV – DIÁRIO DO GOVERNO DIGITAL (1820-1910) - portal para o estudo e consulta do Jornal Oficial do Estado Português. Lisboa, n. 278, 25 nov. 1822, p. 2082. Disponível em: <https://digigov.cepese.pt/en/search/listbyyearmonthday?ano=1822&mes=11&tipo=a-diario&filename=1822/11/25/D_0278_1822-11-25&pag=5&txt=%C3%A1lvaro%20da%20costa>. Acesso em: 18 junho 2022.

DUARTE, Paulo de Queiroz. *Lecor e a Cisplatina*. 2º Vol. Rio de Janeiro: Bibliex, 1985.

FERREIRA, Fábio. *O General Lecor, os Voluntários Reais e os conflitos pela independência do Brasil na Cisplatina*. 2012. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

FRANCHINI NETO, Helio. *Independência e Morte: política e guerra na emancipação do Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2019.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II. 3º Vol. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil Ltda, 2003.

JACEGUAÍ, Artur; OLIVEIRA, Vidal de. Quatro séculos de atividade marítima. In: *Os portugueses na Marinha de Guerra do Brasil*. Rio de Janeiro: Comissão Brasileira dos Centenários Portugueses, 1940, pp. 77-170.

LEITÃO, Humberto; LOPES, José. Vicente. *Dicionário da Linguagem de Marinha Antiga e Atual*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1963.

LEMOS, Juvêncio Saldanha. *A Saga no Prata*. Tomo I. Rio de Janeiro: Bibliex, 2014.

LIMA, Fernando Sgarbi. Independência e conjuntura internacional. In: *Sesquicentenário da Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Gráfica Luna, 1974.

LIMA, José Ignácio de Abreu e. *Compendio da história do Brasil*. Tomo 2. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843.

LIMA, Manuel de Oliveira. *O movimento da independência*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1922.

MAIA, Prado. *A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império: tentativa de reconstrução histórica*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Cátedra, 1975.

MAIA, Prado. *Através da História Naval*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

MARTINS, Hélio Leôncio. A Província Cisplatina do ponto de vista brasileiro. *Revista Digital Estudos Históricos*. CDHRP. Ano 2, n. 4, pp. 1-24, mar. 2010. Disponível em:

<<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3186873>>. Acesso em 11 de junho de 2022.

MENDONÇA, Renato. *História da política exterior do Brasil: Do Período Colonial ao reconhecimento do Império (1500-1825)*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

O EXÉRCITO NA HISTÓRIA DO BRASIL: *Mapas, esquemas e esboços*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

PALHA, José Egydio Garcez. *Efeméride Navais: resumo dos factos mais importantes da historia naval brasileira desde 1 de janeiro de 1822 a 31 de dezembro de 1890*. Coleção Jaceguay. Vol. 5. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1983.

PASCUAL, Antonio Deodoro. *Apuntes para la historia de la República Oriental del Uruguay desde el año de 1810 asta el de 1852*. Tomo I. Paris: Ducessois Editor, 1864.

POMBO, Rocha. *História do Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1956.

SOUTO MAIOR, Armando. *História do Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

TAVARES, Raul. O papel da Marinha na Independência. Rio de Janeiro, *Revista Marítima Brasileira*, n. 94, pp. 413-448, jul-dez., 1923.

TEIXEIRA, Mucio. *Brasil Marcial: synthese histórica*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902.

VALE, Brian. A ação da Marinha nas Guerras da Independência. In: *História Naval Brasileira*. 3º Vol., Tomo I, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2002, pp. 89-126.

VALE, Brian. A criação da Marinha Imperial. In: *História Naval Brasileira*. 3º Vol., Tomo I, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2002, pp. 61-88.

VIANNA, Hélio. *Estudos de História Imperial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1950.

WINTER, Murilo Dias. Os negócios deste Reino exigem atenção: apontamentos sobre a independência do Brasil na Província Cisplatina (1821-1824). *Belicosas fronteiras: contribuições recentes sobre política, economia e escravidão em sociedades americanas (século XIX)*. Jonas M. Vargas (Org.). Porto Alegre: Editora Fi, 2017, pp. 29-48.